

# A lei dos 1 200 milhões de euros



A questão do IMI das centrais eólicas, fotovoltaicas e barragens vale aproximadamente 1 200 000 000 euros, acrescidos de 131 milhões de euros anuais.

Essa questão foi perdida pelo lóbi da energia nos tribunais, de forma irreversível.

Em 14 acórdãos até agora publicados, o Supremo Tribunal Administrativo (STA) determinou, sempre por unanimidade, que a lei (o Código do IMI) é absolutamente clara e que as concessionárias são obrigadas a pagar o IMI sobre todas essas centrais.

Ao mesmo tempo, este Governo insiste em alterar a lei, exatamente nas partes sobre que assentam estas decisões judiciais. Esta insistência é duplamente absurda:

1. O Governo diz querer clarificar a lei, a mesma que o STA diz ser absolutamente clara;
2. Chegado o momento de mandar cobrar os 1 200 000 000 euros devidos, o Governo pretende alterar a lei que a sustenta.

O que pretende afinal o Governo? Clarificar não pode ser. Cobrar parece que também não.

Já o dissemos: o resultado da alteração à lei será o apagão dos 1 200 000 000 euros, um favor às concessionárias, e a garantia de que o IMI que vier a ser devido para o futuro será pago pelo Estado às concessionárias.

Um escasso número de grandes escritórios de advogados reivindicou publicamente, no passado, pequenas vitórias na primeira instância, em representação de concessionárias do lóbi da energia, que agora o STA derrotou irremediavelmente.

Alguns desses escritórios são conhecidos por darem emprego a lobistas e a antigos políticos conhecidos por favorecerem as concessionárias.

Perdida a batalha na Justiça, está esse lóbi em vias de conseguir ganhar pela política o que perdeu nos Tribunais.

Avisamos o Governo de que não deixaremos que isso aconteça. Já dissemos que mobilizaremos as populações.

Exortamos o Governo, em especial o Ministro das Finanças, a não se deixar manipular por lobistas e facilitadores que apenas querem ganhar dinheiro à custa do Povo.

E este é um assunto grave, e de primeiro plano em Portugal.

A democracia portuguesa não suportaria que, pela força dos lóbis, se perdessem estes 1 200 000 000 euros devidos pelas concessionárias, que são dinheiro do Povo e das suas Autarquias, valor que seria suficiente para construir e equipar seis hospitais de média dimensão.

Exortamos os candidatos presidenciais a assumirem compromissos sobre este problema, pelo que pedimos já reuniões de urgência.

Terra de Miranda, 22 de dezembro de 2025